

## LDO agora é com Plenário do Congresso

Comissão de Orçamento conclui votação da proposta, que deverá ser examinada em sessão conjunta do Congresso Nacional antes do início do recesso parlamentar. **7**



Gerardo Magela

Serys conversa com consultores de Orçamento antes da votação dos destaques à LDO

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.839 – Brasília, sexta-feira, 4 de julho de 2008

## Parque pode ter brinquedos para pessoa com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa aprovou ontem projeto segundo o qual pelo menos um em 20 brinquedos de parques de diversões deve ser adaptado a quem tem alguma deficiência. A decisão está em sintonia com a Convenção Interamericana para Eliminação da Discriminação contra Pessoas com Deficiência. **8**

## Senado deverá ter esforço concentrado a partir de agosto

O Senado pode optar pelo esforço concentrado, a partir de agosto, por duas ou três semanas, para conciliar o trabalho com as eleições municipais de outubro, anunciou Garibaldi Alves. O presidente do Senado ainda vai discutir a proposta com os líderes partidários. **3**

# Piso de professores vai virar lei até o dia 16

O presidente Lula prometeu sancionar entre os dias 15 e 16 deste mês o projeto que fixa em R\$ 950 o piso salarial nacional para professores da educação básica. O compromisso foi assumido ao receber os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, acompanhados de parlamentares e representantes de entidades ligadas à educação. O projeto de Cristovam Buarque foi aprovado pelo Senado na quarta-feira. **3**



Leopoldo Silva

Garibaldi entrega texto do projeto a Lula, acompanhado de Pedro Wilson (E), Inácio Arruda, Valdir Raupp, Ideli Salvatti, Arlindo Chinaglia e Cristovam Buarque

## Demostenes defende regras mais rigorosas para inelegibilidade

Comissão de Justiça deve examinar, em reunião extraordinária terça-feira, substitutivo que torna inelegível aquele que renunciar ao mandato após a entrega de representação que possa resultar na perda do cargo. **2**



Ouvido por Marconi Perillo (D), Marco Antonio Audi depôs ontem sobre a venda da Varig na Comissão de Infra-Estrutura

## Empresário acusa compadre de Lula de tráfico de influência

Marco Antonio Audi, um dos três sócios brasileiros da Volo do Brasil, que comprou a Varig em 2006, isentou o presidente Lula e a chefe da Casa Civil Dilma Rousseff de interferir na operação. Mas afirmou que o advogado Roberto Teixeira e sua filha, Waleska, usavam o nome do presidente "para abrir portas". Senadores já pedem CPI para o caso. **5**

Gerardo Magela

Proposta que visa aprimorar as disputas eleitorais impede a candidatura de quem renunciar após a entrega de representação que possa resultar na perda do mandato

## Demostenes quer mais rigor na regra de inelegibilidades

AS PESSOAS QUE forem condenadas criminalmente em primeira ou única instância, conforme o caso, pela prática de crimes eleitorais ou de exploração sexual de crianças e adolescentes se tornarão inelegíveis. A restrição é prevista no substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto de lei complementar que altera a Lei das Inelegibilidades. A proposta está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da próxima terça-feira.



Texto de Demostenes deve ser votado terça-feira pela CCJ

De acordo com a matéria, os que renunciarem após a apresentação de representação formal ou de requerimento que possa resultar na perda dos respectivos mandatos também ficarão inelegíveis para as eleições que se realizarem durante o período remanescente dos cargos para os quais tenham sido eleitos e nos oito anos subsequentes ao término desses mandatos.

Ao justificar sua proposta, Demostenes argumenta que "não há sentido em ignorar as sentenças de primeiro ou único grau de jurisdição como se não refletissem sobre a reputação e a vida pregressa do candidato".

Também serão inelegíveis, conforme o substitutivo do senador, os que forem condenados, em primeira ou segunda instância, por crimes contra o patrimônio, a economia popular, a ordem econômica e tributária, o mercado financeiro, a fé pública, a administração pública e por lavagem de dinheiro. A proposição enquadra na mesma situação os condenados por crimes hediondos e os a eles equiparados, ou qualquer outro delito a que se atribua pena máxima não inferior a dez anos. A inelegibilidade perduraria desde

a condenação até quatro anos após o cumprimento da pena.

Demostenes inclui entre os inelegíveis os administradores públicos que tiverem suas contas relativas ao uso de recursos públicos rejeitadas por dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou por desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, em decisão irrecorrível do órgão competente.

Essa inelegibilidade valerá para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados da data da decisão, salvo se, em ação proposta contra a decisão que rejeitou as contas, o candidato obtiver provimento judicial, ainda que provisório, em data anterior à sua escolha em convenção.

O texto do relator propõe também a inelegibilidade para os detentores de cargo na administração pública direta e indireta, incluídas as fundações públicas, que beneficiarem a si ou a terceiros pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, julgado em primeira ou única instância, para as eleições que se realizarem nos quatro anos seguintes ao término do seu mandato ou

do período de sua permanência no cargo.

Serão inelegíveis os membros do Congresso Nacional, das assembleias legislativas, da câmara legislativa e das câmaras municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem no prazo de oito anos a partir da data da perda do mandato.

### Gasto ilícito

Estarão ainda na lista dos inelegíveis os que tenham sido condenados pela Justiça Eleitoral, em primeira ou única instância, pela prática de captação ilícita de sufrágio, conduta vedada a agentes públicos em campanha eleitoral, captação ou gasto ilícito de recursos de campanha, em decisão irrecorrível do órgão competente.

Segundo o substitutivo, depois de publicada a decisão que declarar a inelegibilidade do candidato, será "negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido".

Demostenes explica que, em decorrência da quantidade de projetos sob análise, toma por base o que lhe chegou primeiro para relatar, o PLS 390/05 – complementar, de iniciativa de Renan Calheiros (PMDB-AL), "até por ser, em relação aos demais, o que atende com mais intensidade ao espírito que orienta as mudanças pretendidas". O substitutivo, conforme o senador, foi elaborado com o objetivo de acatar o maior número possível de proposições. O relatório rejeita 20 outros projetos sobre o mesmo tema.

## Marco Maciel lamenta a morte de pesquisador

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lamentou a morte do professor, pesquisador, economista, ex-secretário de Fazenda de Pernambuco e ex-deputado federal Paulo Maciel, ocorrida no final de junho, no Recife, aos 84 anos. "Ele dedicou toda a vida a serviço de Pernambuco e do Brasil", disse.

Paulo Maciel formou-se em Direito aos 22 anos, pela Faculdade do Recife, "quando as faculdades ensinavam economia

política e ciência das finanças", fez aperfeiçoamento na Sorbonne (França) e Administração na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, informou. Conforme o senador, logo ele se tornou professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, da qual foi reitor.

Na década de 1950, Paulo Maciel ligou-se ao movimento Economia e Humanismo, do dominicano francês Louis-Joseph

Lebret. De acordo com Marco Maciel, "o professor está entre os que trouxeram outras metodologias, no seu caso as francesas, ao planejamento econômico brasileiro daquele tempo, quando predominava o pensamento alemão de Schumpeter e inglês de Keynes".

Amigo de Gilberto Freyre, Paulo Maciel dirigiu a Fundação Joaquim Nabuco, quando trabalhou pela diversificação industrial do estado.

## Jayme Campos destaca auditoria por satélite

A adoção, pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), de um sistema de fiscalização via satélite que permite o acompanhamento periódico do andamento das obras públicas no estado foi elogiada por Jayme Campos (DEM-TO). O senador congratulou o presidente do tribunal, conselheiro Antonio Joaquim, pela medida, e ressaltou que a acuidade técnica aberta pelo novo método de auditoria, chamado Geo Obras, também permite o livre acesso a informações pela internet, para promotores públicos, engenheiros, jornalistas e cidadãos interessados.

– Outra janela se abre, com esse sistema pioneiro inaugurado pelo TCE-MT, que é a facilidade para a verificação do desenvolvimento de licitações, medições e pagamentos efetuados pelos órgãos públicos



Jayme elogia Tribunal de Contas do MT

para cada obra, franqueando, assim, um controle mais efetivo da sociedade sobre esse tipo de despesa – disse o senador, observando que a iniciativa responde à expectativa dos eleitores sobre o controle de gastos oficiais.

Segundo Jayme Campos, o Geo Obras não demonstra apenas o avanço tecnológico utilizado na área de fiscalização pública, "mas, pelos fundamentos políticos que fortalece, oferece um ataque frontal às cidadelas da imoralidade e da corrupção que vivem à sombra da administração governamental".

## Alvaro Dias repercute protesto de previdenciários

A situação dos analistas e técnicos previdenciários depois da efetivação da Super-Receita, há cinco meses, foi destacada por Alvaro Dias (PSDB-PR). Esses 5 mil funcionários não foram ainda integrados ao quadro da Secretaria da Receita Federal.

Os antigos previdenciários querem a incorporação à carreira de auditor fiscal e lembram que a unificação estabelecida pela Lei 11.457/07 teve esse espírito.

De acordo com documento encaminhado pela categoria ao senador, o governo os colocou provisoriamente como "agentes administrativos" até que seja possível enquadrá-los numa nova carreira: a dos fazendários.

– Fazemos um apelo à Presidência do Congresso, às lideranças do governo, ao secretário da Receita Federal e ao ministro da Fazenda e da Previdência Social para que, pelo menos, ouçam as reivindicações e os reclamos desses servidores – disse o senador.

Marco Antônio ocupa a vaga durante licença de Kátia Abreu



Fotos de Geraldo Magela

## Marco Antônio Costa toma posse no Senado

O empresário Marco Antônio Costa (DEM) tomou posse no Senado Federal, durante a sessão de ontem, como representante do Tocantins. Ele ocupa a vaga de Kátia Abreu (DEM), que requereu licença do mandato – de 30 de junho a 28 de outubro.

Além dos senadores, prestigiaram a posse o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, a deputada federal Nilmar Ruiz e outras autoridades.

– Sei que política se faz com diálogo, entendimento e, é claro, bons debates. É com esse espírito que estou aqui hoje – afirmou Marco Antônio em seu discurso de posse.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão os senadores João Pedro (PT-AM), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e César Borges (PR-BA).

### CPI da Pedofilia vai a Boa Vista

Os senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia estarão em Boa Vista, entre hoje e 7 de julho, para ouvir 16 pessoas envolvidas em denúncias de prática de pedofilia e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

## MAIS RIGOR CONTRA DELITO NA INTERNET

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, prometeu ontem submeter à deliberação do Plenário, tão logo sejam votadas as medidas provisórias que trancam a pauta, o substitutivo a três projetos de lei que tipificam delitos cometidos pela internet. A promessa foi feita a Cristina Del'Isola, mãe de Maria Cláudia Del'Isola, assassinada por um caseiro e uma doméstica em dezembro de 2004. Uma integrante do júri colocou na rede mundial fotos da autópsia da jovem.

Estavam presentes o secretário de Justiça do DF, Raimundo Ribeiro, a presidente da OAB-DF, Estefânia Viveiros, e membros do Movimento Maria Cláudia pela Paz. Foi entregue ao senador caixa com 13.500 assinaturas pedindo pressa para a votação da matéria.

## SENADO PODE FAZER UM ESFORÇO CONCENTRADO

Garibaldi Alves afirmou que o Senado poderá optar por um esforço concentrado, a partir de agosto, por duas ou três semanas, como forma de conciliar o trabalho do Legislativo com as eleições municipais. Disse que a forma como será feito o esforço concentrado ainda não está definida e que não gostaria de antecipar nada antes de discutir o assunto com os líderes.

Garibaldi informou que a possibilidade de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na próxima semana representa "uma tranquilidade" para a Casa. Indagado sobre a divulgação, pelo Tribunal de Contas da União, de nomes dos políticos que têm contas a prestar ao tribunal, o presidente do Senado observou que não há como impedir a divulgação.

## MÁRIO COUTO DEFENDE BENEFÍCIOS A INATIVOS

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que o semestre legislativo esteja sendo encerrado sem que a Câmara dos Deputados tenha aprovado projetos que beneficiam os aposentados.

O senador destacou o projeto de lei (PLC 42/07) de autoria do Executivo sobre a política de correção do salário mínimo que, emendado no Senado, estende o mesmo índice de reajuste aos aposentados do INSS.

Mário Couto citou ainda o projeto de lei (PLS 296/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que extingue o fator previdenciário, dispositivo que reduz os proventos da aposentadoria. Couto disse que o atraso na votação pela Câmara reflete a má vontade do Executivo com os aposentados e pensionistas do país.

Promessa foi feita ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a senadores e deputados que entregaram a ele o substitutivo, aprovado quarta-feira pelo Senado, estipulando o novo valor. Decisão é um avanço, afirma Garibaldi

# Piso salarial de R\$ 950 para professor será sancionado entre os dias 15 e 16

OS PRESIDENTES DO Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, acompanhados de parlamentares e representantes de entidades ligadas à educação, entregaram ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o substitutivo ao projeto de lei (PLS 59/04) que fixa em R\$ 950 o piso salarial nacional para professores da educação básica. A matéria foi aprovada no Senado na quarta-feira.

O presidente deve sancionar o projeto entre os dias 15 e 16, antes do recesso parlamentar, quando retornar de viagem ao Japão.

O autor do projeto, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), comemorou.

– O piso nacional amarrrou a categoria, o professor não é mais municipal ou estadual, embora R\$ 950 não seja um salário suficiente – disse o senador.

Indagada sobre a possibilidade de os governadores alegarem não ter recursos para elevar os salários, a líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que o projeto foi negociado por muito tempo na Câmara dos Deputados por representantes da categoria, do Ministério da Educação e do



Gilmar Machado, Pedro Wilson, Inácio Arruda, Ideli, Valdir Raupp, Garibaldi, Lula, Chinaglia e Cristovam em audiência no Planalto

governo.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, afirmou que a medida é um marco.

– Esse piso vai fazer com que o salário de 60% dos professores brasileiros suba rapidamente. Pelo menos 1 milhão e 200 mil professores sentirão logo o impacto – revelou.

Participaram da solenidade no Planalto os senadores Valdir

Raupp (PMDB-RO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Augusto Botelho (PT-RR) e José Nery (PSOL-PA), além do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Garibaldi Alves considera o projeto um avanço na política educacional.

– Este novo piso salarial é um passo significativo para que tenhamos melhores dias para a educação. Afinal, até o ano passado, 41% dos professores recebiam menos de R\$ 950.

Indagado se o reajuste será suficiente para reverter os números que colocam a educação brasileira entre as piores do mundo, o presidente do Senado disse que esse é apenas um passo numa longa caminhada.

– Nós vamos ter um estímulo novo, principalmente para os professores das regiões onde não se poderia oferecer um piso como esse, a não ser através de uma lei federal – assinalou Garibaldi.

## Projeto é o grande resgate da educação, diz Ideli

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), comemorou a aprovação do projeto de lei (PLS 59/04) que institui o piso salarial nacional de R\$ 950 para profissionais do magistério público da educação básica.

A proposta foi examinada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que apresentaram requerimento de urgência para a sua apreciação em Plenário.

– Ouso dizer que o piso é equivalente à instituição do salário mínimo, porque vai ser o grande resgate da educação, dando aos professores uma unidade.

Ideli elogiou os parlamentares que se esforçaram pela aprovação do projeto, como os senadores Cristovam Buarque, Marco Maciel (DEM-PE) e Osmar Dias (PDT-PR), além do deputado Carlos Abicalil (PT-MT).



Ideli Salvatti compara o piso à instituição do salário mínimo



Proposta de Exedito Júnior já foi aprovada pelo Senado

## Exedito quer escolas abertas todos os dias

O senador Exedito Júnior (PR-RO) pediu aos deputados federais que aprovem projeto de lei de sua autoria que determina a abertura das escolas públicas nos fins de semana, feriados e férias. O objetivo da proposta (PLS 11/08), explicou, é oferecer aos estudantes, nesse período, alimentação e atividades culturais, esportivas e de reforço escolar. O projeto foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na última terça-feira.

Exedito Júnior também apontou a "falta de atenção do governo federal às condições mínimas para o exercício da profissão de professor" em Rondônia, ex-território federal, que tem quase 10 mil profissionais vinculados ao Executivo federal.

## Senado aprova matérias em prol do país, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem as matérias importantes aprovadas, ou em vias de serem aprovadas, pelo Senado, especialmente na área de educação. O conteúdo dos projetos, disse, mostra o quanto a Casa está produzindo em prol do país.

O tema foi objeto de debate entre Paim e Cristovam Buarque, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Foi lembrada a proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria da senadora Ideli Salvatti, que retira gradualmente os recursos da educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), aprovada na quarta-feira. Discutiram também o projeto que fixa em R\$ 950 o piso salarial dos professores.

– Para muitos, pode ser um valor pequeno, e, para outros, muito alto. Agora vão ter que pagar, e corretamente – avaliou o senador.



Projetos beneficiam especialmente a educação, segundo Paulo Paim



Viana: projeto Brasil Sorridente já atua em 4.488 municípios

## Viana elogia a política de saúde bucal

Tião Viana (PT-AC) elogiou ontem a Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente. O senador disse que equipes desse programa do Ministério da Saúde já atuam em 4.488 municípios.

Devido às atividades do ministério, a cobertura pública odontológica passou de 58 milhões de indivíduos em 2002 para 79 milhões em 2008, destacou. "Se pensarmos que, até 2003, 28 milhões de indivíduos nunca tinham ido ao dentista, é um crescimento considerável", avaliou.

Tião Viana informou que até maio foram implantados em todo o país 661 centros de especialidades odontológicas (CEOs), que realizaram mais de 12 milhões de procedimentos entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006.

Acordo internacional que facilita permanência de cidadãos do Brasil e da Argentina no país vizinho passa na CRE, que dedicou parte da reunião à libertação de Ingrid Betancourt

## CRE dá aval a regularização de brasileiros na Argentina

BRASILEIROS E ARGENTINOS que se encontram em situação irregular no país vizinho poderão regularizar sua permanência, segundo acordo entre os dois países aprovado pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 98/08, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O projeto, relatado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), depende agora da aprovação do Plenário.

Segundo o acordo, a regularização dos migrantes ocorrerá por meio da apresentação de documentos como passaporte ou documento de identidade, certidão negativa de antecede-

ntes judiciais do país onde tenha residido nos cinco anos anteriores, comprovante de ingresso no país onde se encontra e comprovante do pagamento de taxas de imigração. O acordo estabelece ainda que brasileiros e argentinos poderão obter a transformação de vistos temporários ou de turista em vistos permanentes.

### Tropas no Haiti

Outros 17 PDSs sobre acordos internacionais foram analisados ontem pela CRE e, agora, seguem para Plenário. Um deles, relatado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), autoriza o aumento do efetivo do contin-

gente de soldados brasileiros no Haiti (PDS 166/08).

Dois itens aprovados dizem respeito à construção de pontes entre o Brasil e o Paraguai (PDS 103/08), sobre o rio Paraná, e a Bolívia, sobre o rio Mamoré (PDS 113/08).

Mais dois projetos aprovados pela CRE dizem respeito a acordos entre o Brasil e a Índia, para cooperação espacial (PDS 102/08) e para serviços aéreos (PDS 105/08).

Outro acordo com a Bolívia que recebeu ontem o aval da CRE diz respeito ao combate ao tráfico de aeronaves envolvidas com o narcotráfico (PDS 104/08).



Senadores da CRE aprovaram parecer a projeto de Tuma que torna mais ágil prisão de pessoas procuradas pela Interpol

## Percentual de royalties pode ficar com Exército

O Exército poderá ser beneficiado com royalties de 0,25% sobre o valor da energia produzida por usinas hidrelétricas. A medida consta de projeto (PLS 62/08), do senador Fernando Collor (PTB-AL), que recebeu ontem parecer favorável da CRE. A proposta será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de ser submetida ao Plenário.

O projeto, relatado por Romeu Tuma, eleva de 6,75% para 7% o percentual pago como royalty sobre o valor da energia elétrica produzida. A lei atual destina 6,75% aos estados e aos

municípios em cujo território se localizam as instalações das usinas ou que tenham suas áreas invadidas pelas águas dos respectivos reservatórios. Pela proposta, 0,25% seriam encaminhados para modernização do Exército.

A CRE também aprovou parecer favorável ao PLS 118/08, de autoria de Tuma, que institui a difusão internacional como instrumento ágil para a prisão de pessoas procuradas pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O projeto, relatado por Pedro Simon, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foi acolhida pela comissão a recriação do Grupo Parlamentar Brasil-México, prevista em emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da matéria, ao Projeto de Resolução 18/07, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Recebeu ainda parecer favorável da comissão, o Ofício S 43/07, que submete ao Senado o Plano de Outorga Florestal 2007-2008, que teve Serys como relatora. Ao comentar a proposta, a senadora Marina Silva (PT-AC) observou que se trata de um pedido de autorização ao Legislativo para a concessão de florestas em área de fronteira.

## Comissão se emociona com libertação de Betancourt

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), mencionou a "forte emoção" na CRE, no momento do reencontro de Ingrid Betancourt com seus filhos que vieram da França, ocorrido ontem.

Juntamente com o senador Eduardo Suplicy, Heráclito anunciou que a "missão de solidariedade" à ex-senadora Ingrid Betancourt não viajará mais à Colômbia. A ideia era convidar, pessoalmente, a senadora a fazer uma visita ao Brasil, conforme sugestão de Suplicy aprovada na véspera, para relatar os seis anos que passou como refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

A proposta de ida dos parlamentares à Colômbia seria um gesto de solidariedade à senadora e ao governo do país. Além de fazer o convite a Ingrid, a missão também pretendia cumprimentar o governo do presidente Álvaro Uribe, o Exército e o Congresso colombianos pelo sucesso da missão.

## Heráclito espera senadora de volta à carreira política

Heráclito Fortes manifestou ontem sua satisfação com a libertação da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, seqüestrada há seis anos e mantida como refém pelas Farc.

O parlamentar disse que esperava ver "uma mulher cambaleante, com dificuldade de locomoção e totalmente estraçalhada pelos momentos que passou ao longo desses seis anos", mas constatou que Ingrid é uma pessoa forte e de muita fé.

Heráclito afirmou esperar ainda que, agora, a ex-senadora, depois de descansar com a família, assuma com a mesma coragem o papel de relevo na política colombiana.

Também cobrou do governo federal a demora para demonstrar solidariedade a Ingrid, e, mesmo assim, "não foi nada firme como o caso merecia". Ele reconheceu o direito de as Farc continuarem existindo, mas desde que abandonem a violência.

## Nery critica reativação da Quarta Frota da Marinha dos EUA

A reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos foi criticada por José Nery (PSOL-PA). O senador explicou que a frota foi criada em 1943 para patrulhar submarinos nazistas na região da América Latina, e desativada em 1950.

– A recriação da Quarta Frota, destinada a realizar missões navais agressivas nas regiões do Caribe, América Central e América do Sul, é uma grave ameaça à paz, à segurança e à soberania dos povos da nossa região, e se inspira em uma doutrina que devemos combater: o suposto direito dos Estados Unidos de intervir, preventivamente, em outros países, a partir da avaliação de que esses ameçam seu território potencialmente – disse.

Na interpretação do senador, o restabelecimento da Quarta Frota estimula a militarização e a corrida armamentista nas Américas, e representa uma ameaça, pois seria equipada com equipamentos nucleares.

– O Brasil deve se posicionar



Cerálio Magela

Nery considera que frota ameaçará a paz e a soberania da América Latina

de maneira contundente contra essa ação americana. O alvo dos Estados Unidos é a crescente força que governos de esquerda vem conseguindo democraticamente no continente. A América Latina não pertence aos Estados Unidos – afirmou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou com a sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF) de um grupo de senadores dialogar sobre o assunto com o embaixador norte-americano no Brasil, Clifford Sobel.

## Senadores visitam sargento homossexual preso em Brasília

O sargento do Exército Laci Marinho de Araújo, que está preso no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, recebeu ontem a visita dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT) e da ex-senadora Heloísa Helena.

O sargento, preso sob a acusação de deserção, assumiu publicamente, em entrevista à revista *Época*, seu relacionamento com o ex-sargento Fernando Alcântara de Figueiredo.

Após a visita, Suplicy afirmou que Laci "está em um quarto, em uma situação

adequada, ainda que preso". O sargento disse ao senador que vem sendo bem tratado e está em melhores condições do que as que havia enfrentado antes de ser transferido para Brasília.

– Ele pareceu mais tranquilo – declarou Suplicy, que já o havia visitado antes.

De acordo com o senador, Laci contou que seus escritos lhe foram tomados e solicitou aos senadores papel e caneta para poder escrever. Suplicy disse que, assim como Fernando Alcântara de Figueiredo, que deixou o Exército, Laci tem a intenção de fazer o mesmo.

## Zambiasi apóia manifestação por uva e vinho nacionais

Cerca de 4 mil pessoas, representantes de mais de 20 municípios produtores de uva e vinho do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, participaram de passeata ontem, em Porto Alegre, em defesa da uva e do vinho nacionais, registrou Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O senador explicou que os manifestantes tiveram uma audiência com a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, e outras autoridades, para o lançamento de um manifesto nacional.

Entre as razões das queixas dos manifestantes, Zambiasi destacou a tributação excessiva dos vinhos e espumantes brasileiros e o crescimento das importações.

– A projeção é preocupante para nós, gaúchos. Temos 20 mil famílias, que dão uma qualidade de vida e um índice de desenvolvimento humano para a região muito grande, mas que, infelizmente, estão ameaçados por uma crise. Há a preocupação de que 2008 se encerre com



Cerálio Magela

Zambiasi: acordos internacionais só beneficiam os vinhos estrangeiros

300 milhões de litros de vinho estocados nas cantinas. Por isso, a tendência é de que o preço da uva paga aos produtores agrícolas recue na safra que está a caminho – informou.

### Empréstimo

Zambiasi também agradeceu a aprovação, na terça-feira, do projeto que autorizou o Rio Grande do Sul a tomar um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão junto ao Banco Mundial.

Advogado não comparece a reunião da CI em que empresário nega influência do presidente Lula ou de Dilma Rousseff na venda da Varig



Leopoldo Silva

Para senador, depoimento de Roberto Teixeira é vital para esclarecer fatos

## Agripino espera ouvir logo compadre de Lula

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), voltou a afirmar que o depoimento do advogado Roberto Teixeira na CI é de vital importância para que os fatos sobre a venda da Varig para o fundo norte-americano Matlin Patterson sejam esclarecidos. Ele deixou claro que usará de todos os recursos para que o advogado deponha perante o colegiado.

Roberto Teixeira não compareceu para depor ontem sobre suposto favorecimento da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na venda da Varig ao fundo norte-americano. Em fac-símile enviado na véspera à comissão, o advogado deixou claro que somente responderia às perguntas por escrito. Ele compareceu à CI em 19 de junho, mas teve o depoimento cancelado a pedido da oposição, que defendeu uma reunião em conjunto com os três sócios da Volo do Brasil.

No texto, Teixeira afirmou que "pessoas moralmente desqualificadas e que ocupam os bancos dos réus pela prática de diversos crimes, como sonegação fiscal e participação na morte de centenas de pessoas, foram erigidas a acusadores".

"Se alguém tem alguma dúvida quanto à minha atuação profissional, deve recorrer aos autos dos processos judiciais em que atuo em defesa da VarigLog", resumiu o advogado.

## Caso Varig terá novas audiências na comissão

O chinês Lap Wai Chan, sócio da Volo do Brasil – empresa que comprou a Varig em 2006 por US\$ 24 milhões e vendeu a companhia no ano seguinte por US\$ 275 milhões –, será convidado a falar aos senadores da CI sobre as denúncias de irregularidades no processo de venda da empresa. O requerimento, de Heráclito Fortes (DEM-PI), foi aprovado ontem durante a audiência pública da comissão.

No depoimento, o empresário brasileiro Marco Antonio Audi acusou Lap Chan de quebrar acordos firmados quando da venda da Varig e de prejudicar o funcionamento da VarigLog, hoje controlada pela Volo do Brasil. Também acusou o advogado Roberto Teixeira de defender os interesses de Lap Chan, contra ele e os dois sócios brasileiros.

A CI também decidiu, por sugestão de Heráclito, convidar João Helidio de Lima Filho, ex-procurador-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e, por iniciativa dos senadores do PSDB Tasso Jereissati (CE) e Sérgio Guerra (PE), convidar Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Martins, advogados e sócios do escritório de Roberto Teixeira. Valeska Martins, esposa de Zanin, é filha de Roberto Teixeira e afilhada do presidente Lula. Os advogados são acusados pela ex-diretora da Anac Denise Abreu de tráfico de influência na venda da Varig.

# Empresário afirma que nome de Lula foi usado para "abrir portas"

O PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, "jamais interferiram" no processo de venda da companhia aérea Varig para o fundo de investimento norte-americano Matlin Patterson. O advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente, e sua filha Waleska, no entanto, usavam o nome de Lula, "até em grau de intimidação, para abrir portas". As declarações foram feitas pelo empresário Marco Antonio Audi, um dos três sócios brasileiros da Volo do Brasil, consórcio responsável pela compra da empresa em 2006 em parceria com o fundo norte-americano.

Audi participou de reunião na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ontem, quando disse que, se houve interferência governamental,

"foi apenas da boca do advogado Roberto Teixeira, que usou o nome do presidente". Segundo o empresário, "isso não dá para negar".

Audi admitiu que, a convite de Teixeira, esteve com Lula no Palácio do Planalto. Durante o encontro, o empresário concluiu que o advogado não possui "a liberdade que apregoa ter junto ao presidente". Mas reconheceu que Roberto Teixeira "faz chover, inclusive no Judiciário do estado de São Paulo". A referência é no sentido de abrir portas para a realização de encontros e negócios.

### Interferência

Sobre a interferência do governo na venda da Varig, Audi foi enfático: – A ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, Denise

Abreu, culpou o governo por ter pressionado a agência para favorecer a venda da Varig ao grupo norte-americano. Mas garantiu que o governo, e em especial o presidente Lula e a ministra Dilma, não têm nada a ver com todo o processo.

O empresário informou que soube que Teixeira seria compadre do presidente Lula três dias depois de concluída a compra da Varig, em junho de 2006. Ele também deixou claro que ele e os dois sócios da Volo do Brasil – Luiz Eduardo Gallo e Marcos Haftel – "não pediram ao governo dinheiro e nem apoio para a compra da empresa".

Marco Antonio Audi também negou que tenha entrado no negócio de compra e venda da Varig e da VarigLog como "laranja" do grupo norte-americano.



Audi (E), ao lado de Marconi Perillo e Paulo Ramos, nega ter sido "laranja" da compra da Varig

## Houve "série de crimes", diz deputado do RJ

O deputado estadual Paulo Ramos (PDT-RJ), que foi presidente da comissão parlamentar de inquérito que investigou o chamado "caso Varig" na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, disse aos integrantes da CI que o caso reúne uma série de "crimes praticados por todos os envolvidos no processo de compra e venda da Varig e da

VarigLog, a partir de uma decisão governamental de liquidar a Varig". Para Ramos, a empresa "se transformou em uma grande carniça em torno da qual os urubus se organizaram para obter lucro fácil".

O deputado admitiu que o empresário Marco Antonio Audi não era "laranja" do fundo de investimento norte-ame-

ricano Matlin Patterson, "mas um testa-de-ferro". Ramos recomendou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para aprofundar as investigações e solicitar a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos três sócios da Volo do Brasil, da ex-diretora da Anac Denise Abreu e do ex-presidente da Agência Milton Zuanazzi.

## CI vai discutir mudanças em tributo federal

Os senadores da CI decidiram ontem realizar audiência pública para discutir a reforma tributária e as mudanças na cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI e autor do requerimento que propôs a realização da audiência pública, sugeriu que fossem convidados os ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento, e da Fazenda, Guido Mantega, além do presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Transportes, Rogério

Tizzot.

A comissão também acolheu requerimento do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que propõe a realização de debate sobre a renovação das concessões das usinas hidrelétricas que vencem em 2015. Devem ser convidados para a audiência pública o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes; o secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce; e um representante da Associação das Empresas Geradoras de Energia (Abrage).



Alvaro Dias

"Não temos mais dúvida de que houve contrato de gaveta", afirma Alvaro

## Alvaro sugere que CPI conduza investigações

Alvaro Dias (PSDB-PR) entende que, se o advogado Roberto Teixeira não atender a convite para dar explicações à Comissão de Infra-Estrutura, "há que se pensar em CPI da Varig". Para o senador, essa seria a única forma de se investigar as negociações sobre a venda da companhia aérea ao fundo Matlin Patterson e a três sócios brasileiros.

O senador sustentou que o empresário Marco Antonio Audi robusteceu a convicção de ter havido tráfico de influência, favorecimento e enriquecimento ilícitos e formação de quadrilha na venda da Varig. Acrescentou que o modo de operação do advogado lembra o do publicitário Marcos Valério em suas negociações envolvendo o Banco Rural, o governo e o PT.

– A esta altura, não temos mais dúvidas de que houve um contrato de gaveta entre os três empresários brasileiros e o fundo estrangeiro. Empresa estrangeira não pode ter mais que 20% de companhia aérea no Brasil. Audi chegou a dizer que os empresários conseguiram empréstimos em banco no exterior para a compra da companhia aérea sem sequer apresentar fiadores. É preciso ter muita boa fé para acreditar na malandragem dessas pessoas que se enriquecem ilícitamente, utilizando-se da estrutura do Estado brasileiro.

## Marconi admite CPI sobre venda da empresa

Durante a reunião da CI que buscou esclarecimentos sobre pontos obscuros na venda da Varig, o presidente do colegiado, Marconi Perillo (PSDB-GO), admitiu que o caso "está longe" de ser esclarecido. Para ele, caberá aos líderes partidários decidir sobre a abertura de comissão de inquérito.

– Enquanto isso, a comissão irá continuar apurando as denúncias – anunciou.

Além de Alvaro Dias, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a CPI da Varig por considerar graves as denúncias. Só assim, disse, poderão ser abertos os sigilos bancário e fiscal das pessoas que tomaram parte no processo de compra e venda da Varig e da VarigLog.

Em resposta a Flexa Ribeiro, o empresário Marco Antonio Audi confirmou que pagou ao advogado Roberto Teixeira honorários de US\$ 5 milhões para resolver pendências como a comprovação de que a Varig não seria vendida a capital estrangeiro.

Marconi já agendou para a terça-feira o depoimento do comandante Elnio Borges Malheiros, presidente da Associação dos Pilotos da Varig. Além de Malheiros, deixaram de comparecer à reunião de ontem os dois outros sócios da Volo do Brasil, Luiz Eduardo Gallo e Marcos Haftel, que disseram estar representados na audiência pelo outro sócio, Marco Antonio Audi.



Augusto Botelho diz que consumo de bebidas teria caído 25% em alguns lugares

## Augusto: lei seca já produz bons resultados

A nova legislação que proíbe a ingestão de álcool por quem vai dirigir, em vigor desde 20 de junho, já está produzindo seus primeiros resultados positivos, segundo afirmou ontem o senador Augusto Botelho (PT-RR). Ele mencionou, por exemplo, o esforço dos motoristas na busca por alternativas de transporte depois de consumirem bebidas.

Em razão da nova lei, o consumo de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes já teria diminuído 25% em algumas cidades, como o Rio de Janeiro. Augusto lamentou, porém, que tragédias continuam ocorrendo.

## SUPLYCY: DOCUMENTOS DO BC ESCLARECEM CONTRATOS DE SWAPS

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao Plenário ter recebido do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, documentos relativos aos contratos de compra de swaps – um tipo de aposta nas variações das taxas de câmbio e de juros do BC que proporciona ganhos a quem escolhe um comportamento dessas taxas em determinado período. Suplicy disse que sua preocupação prendia-se à denúncia do jornalista César Benjamin, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título “Tenebrosas transações”.

## JOÃO PEDRO COMEMORA OFERTA INÉDITA DE CRÉDITO AO CAMPO

Foi comemorado por João Pedro (PT-AM) o lançamento, ontem, do Programa Mais Alimentos, incluído no Plano Safra 2008/2009, que disponibilizará cerca de R\$ 13 bilhões em crédito para a agricultura familiar por meio do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

A notícia, disse o senador, é ainda mais alvissareira no momento em que o total do crédito disponível para os financiamentos à agricultura é o maior já anunciado por um governo no país.

## FAZENDA QUESTIONA SOCORRO A PRODUTORES ENDIVIDADOS

O representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Otávio Ribeiro Damaso, disse que socorrer os produtores endividados, além de não resolver o problema, ainda contribui para que eles se mantenham endividados. A afirmação foi feita ontem durante seminário promovido pelo Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal e destinado a discutir o projeto de lei complementar que cria o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.



Agripino considera “um óbolo” os R\$ 15 milhões anunciados pelo governo

## Agripino cobra recursos para enfrentar enchente

José Agripino (DEM-RN) cobrou ontem do governo federal a liberação de recursos de R\$ 15 milhões para o enfrentamento de problemas causados por enchentes no Rio Grande do Norte e em vários estados no final de abril. A verba consta de medida provisória já aprovada pelo Congresso Nacional.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil, de 24 de abril, 606 mil pessoas foram atingidas pelas enchentes no Nordeste, das quais 62.487 ficaram desalojadas e 80.042 desabrigadas.

– Em vez dos R\$ 95 milhões pleiteados pelo meu estado, foram anunciados R\$ 15 milhões, que reputo um óbolo.

# César Borges e Cristovam pedem esforço contra inflação

Ameaça de corrosão dos salários por escalada inflacionária preocupa senadores pela Bahia e pelo Distrito Federal, que fazem sugestões ao governo federal

UM ESFORÇO NACIONAL em busca da manutenção da estabilidade econômica foi defendido ontem, no Plenário, por Cristovam Buarque (PDT-DF) e César Borges (PR-BA). O senador pelo Distrito Federal sugeriu um pacto contra a inflação, cujo retorno preocupa também o parlamentar baiano.

– O fato é que o recrudescimento inflacionário não representa mais uma ameaça, mas é uma realidade, reduzindo o poder aquisitivo da população – constatou César Borges.

Cristovam Buarque, por sua vez, afirmou que é necessária a união de todos os segmentos da sociedade para evitar que o retorno da inflação corra o poder de compra dos salários, principalmente dos mais pobres – e, inclusive, do piso salarial dos professores aprovado pelo Senado na quarta-feira.

Já César Borges observou que “o governo age corretamente ao adotar algumas medidas e utilizar instrumentos disponíveis no curto prazo”.

– No entanto, medidas como a

alta das taxas de juros têm baixa eficácia quando a inflação se concentra em itens de consumo essencial – ressaltou o senador.

### Atenção

Cristovam Buarque recomendou às autoridades e aos agentes econômicos que dêem atenção a algumas fontes de pressão inflacionária: os preços do petróleo e dos alimentos, as taxas de juros e de câmbio e os gastos públicos.

Para o controle do preço do petróleo, Cristovam sugeriu que a Petrobras examine a possibilidade de não reajustar o com-

bustível na mesma proporção do mercado internacional. No caso dos alimentos, salientou, “temos que fazer um pacto para que os produtores brasileiros não aumentem os produtos que vão ser vendidos aqui dentro na mesma proporção que eles aumentarão para vender lá fora”.

César Borges manifestou esperança de que medidas adotadas no setor agropecuário, como a renegociação de dívidas dos produtos e a liberação de R\$ 78 bilhões para a safra 2008/2009, possam contribuir para combater a inflação.



Cristovam: piso dos professores pode ser corroído pela alta dos preços



César Borges espera que investimento na agricultura produza resultados



Gim preside reunião e lembra que CDR já aprovou projetos de criação de 52 zonas

## Comissão de Desenvolvimento Regional aprova mais quatro ZPEs

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou quatro projetos de criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs), a serem instaladas em Colatina (ES), Uberlândia (MG), Juiz de Fora (MG) e João Monlevade (MG). Agora seguem para exame e deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), anunciou que, quarta-feira, o presidente Lula sancionou a lei que disciplina as ZPEs. Para a senadora, cabe agora aos governadores apresentar um projeto específico para cada zona de exportação aprovada junto ao Conselho Nacional das ZPEs, que tem a atribuição de analisar as propostas e aprovar os projetos industriais correspondentes.

A proposição que instituiu a ZPE em Uberlândia teve como relator José Nery (PSOL-PA). Já Antônio Carlos Valadares

(PSB-SE) relatou os outros três projetos.

Ao presidir a reunião, Gim Argello (PTB-DF) observou que as ZPEs trazem empregos e desenvolvimento econômico, com 80% de sua produção para o exterior e apenas 20% para o mercado interno. Ele disse que a CDR já acolheu 52 projetos de criação de zonas de processamento de exportação. Inácio Arruda (PC do B-CE) frisou que o Brasil tem mostrado potencialidades de exportação que poucos imaginavam, como de pedras preciosas e de minérios raros.

### Regozijo

Além de congratular a CDR pela aprovação da ZPE de Colatina, Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou satisfação com a liberação de Ingrid Betancourt na Colômbia e propôs à comissão um voto de regozijo pelo fato, o que foi acatado.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Pedro Simon • Paulo Paim • Eduardo Suplicy • José Nery • Augusto Botelho • João Pedro • Jayme Campos • Leomar Quintanilha

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:**

Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Regra permite gastos mesmo sem Orçamento

Mesmo quando o ano começa sem a aprovação da lei orçamentária, o governo pode liberar parte dos recursos previstos para as despesas conforme regras de execução provisória previstas na LDO. Aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento, o projeto da LDO de 2009 autoriza o Executivo a gastar, sem qualquer restrição, recursos destinados a despesas constitucionais e legais, bolsas de estudos e emergências na área da defesa civil.

Como novidade, a relatora da LDO, Serys Slhessarenko, no substitutivo apresentado, incluiu na lista dos gastos ilimitados as despesas para compra de produtos agrícolas destinados à formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos.

Para os demais casos, o governo defendia autorização para um gasto no limite fixo de três doze avos, até a aprovação do Orçamento. No substitutivo, Serys promoveu o retorno à regra do duodécimo (um doze avos) ao mês do total de cada ação, tanto para as despesas correntes (manutenção dos serviços e da máquina pública) de caráter inadiável como para os investimentos das empresas estatais e do Programa de Aceleração do Crescimento.

### Estatais

Com relação às estatais, ficou estabelecido que informações sobre cada despesa – que devem incluir também o beneficiário – sejam especificadas no fim de cada mês. Quanto aos investimentos do PAC, a oposição defendeu a manutenção do critério habitual aplicado aos investimentos no caso de atraso na votação da peça orçamentária: o congelamento dos gastos até que o projeto seja aprovado.

Na avaliação de opositores, sem uma barreira à execução dos investimentos, o governo não se interessaria pela aprovação do Orçamento. Polêmica que retorna a cada votação de projetos da LDO, mais uma vez os investimentos ficaram de fora das regras de execução provisória, após acordo de líderes, na quarta-feira, para aprovação do substitutivo de Serys.

O presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho, considerou o acordo positivo e disse acreditar que não haverá prejuízos para o governo, já que os investimentos do PAC podem ser mantidos no início do ano, mesmo sem o novo Orçamento, com as dotações empenhadas e inscritas em restos a pagar.

Acordo permitiu a aprovação, pela CMO, do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009. Recesso só começa após o exame do texto em sessão conjunta

# LDO já está pronta para ser votada pelo Congresso

COM A VOTAÇÃO de 101 destaques, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem o exame do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. A proposta, que fixa regras e parâmetros para a elaboração do projeto de Orçamento, será agora votada em sessão conjunta do Congresso Nacional. O recesso de meio de ano está previsto para ter início no dia 18, mas a suspensão das atividades depende da aprovação da matéria.

Inicialmente, a CMO deveria examinar 161 destaques, mas 60 deles foram retirados pelos autores. A desistência ocorreu no dia anterior, após acordo de líderes com a relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o que possibilitou a aprovação do texto básico do substitutivo apresentado. A relatora concordou em retirar

alguns pontos do texto, como o dispositivo que autorizava o governo a liberar recursos do Orçamento de 2009 para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no caso de atraso na votação da peça orçamentária.

Dos destaques, sete tiveram aproveitamento total, 29 foram acolhidos de forma parcial e 65 receberam voto contrário. Em relação aos destaques ao Anexo de Metas e Prioridades, Serys esclareceu que predominaram pedidos para remanejamentos entre emendas dos próprios autores. Os remanejamentos visavam substituir propostas relativas a obras incluídas no relatório na fase anterior por outras que, para os parlamentares, atendiam de forma mais adequada os interesses de seus estados. Os projetos incluídos no anexo devem ganhar priori-

dade na distribuição de recursos e, em seguida, na execução do Orçamento.

– Já tínhamos feito todos os entendimentos antes da votação. Foram discussões longas com os líderes. Ficou demonstrado que é possível fazer política com foco nos interesses do Brasil, de caráter mais coletivo – avaliou Serys, ao chamar de vitória a votação da matéria três dias antes do prazo fixado pela comissão.

Antes do recesso, a comissão deve votar ainda nove propostas de créditos adicionais. Uma delas autoriza o Ministério do Esporte a aplicar R\$ 85 milhões no projeto Rio 2016, destinado à preparação da candidatura da capital fluminense para sediar os Jogos Olímpicos. Outro projeto libera recursos para pagamentos de aumentos salariais de servidores públicos.



Serys (ao lado de dois consultores de Orçamento) classificou de vitoriosa a votação do texto antes do prazo estabelecido

## Senadores tucanos voltam a participar da CMO

Senadores do PSDB voltaram a participar ontem da Comissão Mista de Orçamento. Representaram o partido no colegiado Marconi Perillo (GO) e João Tenório (AL). Um deles deverá assumir a 1ª vice-presidência do colegiado; outro será designado coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária.

Em fevereiro, a representação tucana no Senado afastou os dois senadores da sua bancada que integravam a CMO – Flexa Ribeiro (PA) e Cícero Lucena (PB). A decisão ocorreu em protesto por supostas irregularidades na incorporação de emendas individuais de 87 parlamentares ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007, aprovada somente neste ano.

Na última quarta-feira, em Plenário, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que a bancada de seu partido voltaria a participar da comissão. A

decisão foi tomada logo depois que a relatora do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, senadora Serys Slhessarenko, esclareceu dúvidas do líder tucano sobre o mecanismo de execução provisória de um doze avos do Orçamento constante do texto da LDO aprovado pela comissão.

Conforme Serys, obras do Programa de Aceleração do Crescimento não ficariam enquadradas na regra de liberação provisória, mecanismo que franquia ao governo executar uma série de despesas de caráter urgente caso o ano se inicie sem a aprovação do Orçamento pelo Congresso.

Arthur Virgílio disse que os tucanos haviam se afastado da comissão por entender que “aquilo era uma bomba de 200 mil megatons”. Ele salientou que estava satisfeito com as explicações da relatora e, antes, do presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)

e do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que neste ano será o relator do projeto do Orçamento para 2009.

– Percebemos a boa vontade, percebemos o desejo de acertar e entendemos que não é justo permaneceremos de fora negando a modesta contribuição que possamos emprestar a esse processo mais saudável – disse Arthur Virgílio.

Na reunião da CMO de ontem, Mendes Ribeiro Filho frisou que a presença do PSDB no Senado “engrandecerá a comissão”. Delcídio também saudou os novos integrantes, os quais, destacou, vão “qualificar ainda mais a CMO”. O senador Marconi Perillo afirmou que, na decisão pelo retorno à comissão, o líder e a bancada levaram em consideração a seriedade do trabalho que vem sendo feito agora na comissão.

– Com muito prazer, estarei aqui para colaborar – ressaltou o senador pelo PSDB.

## Salário mínimo deve chegar a R\$ 453 em 2009

A relatora da LDO, Serys Slhessarenko, adotou como regra de reajuste do salário mínimo a recomposição pelo crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes (2007), somada à taxa de variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurada até o mês do último reajuste. Assim, o valor do mínimo para 2009 deve ser de R\$ 453, maior do que os R\$ 449 calculados pela regra de reajuste em vigor. O critério corresponde ao proposto em projeto do governo que faz parte das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento, que ainda depende de uma última votação na Câmara dos Deputados.

Quanto ao Anexo de Metas e Prioridades, havendo bloqueio de recursos orçamentários (contingenciamento), as atividades e obras incluídas nesse documento seriam as últimas afetadas.

Também ficou estabelecido que a mensagem do projeto do Orçamento de 2009 deverá conter avaliação do cumprimento das principais metas sociais relacionadas aos programas e ações do governo em andamento e, ainda, das metas propostas para o novo exercício.

### Municípios

Outra regra determina que municípios com até 50 mil habitantes que receberem recursos da União, por meio de convênios, terão o percentual de recursos próprios a serem empregados nos projetos reduzido de 3% para 2%, com o teto caindo de 5% para 4%. Os municípios com mais de 50 mil habitantes ficaram sujeitos a percentual mínimo de 4% (antes era de 5%) e teto de 8% (antes era de 10%). Já as ações do PAC, do PAS (Plano Amazônia Sustentável) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome podem dispensar contrapartidas.

Em relação ao Sistema S, entidades que recebem contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha dos empregados, para manutenção de serviço social e de aprendizagem (Senac, Sesi, Sebrae, Sesc e Senar), devem divulgar na internet informações sobre valores recebidos e aplicações efetuadas.

Foi aprovada regra segundo a qual a mensagem do projeto do Orçamento deve conter as medidas a serem adotadas pelo Executivo para controlar ou reduzir despesas correntes primárias, com destaque para gastos com passagens, diárias, locomoções e publicidade.

Medidas de defesa aos indígenas, contra a discriminação de deficientes e de reconhecimento ao líder negro João Cândido estiveram na pauta da Comissão de Direitos Humanos, que ainda recebeu reivindicações de oficiais de Justiça

# Parques de diversões podem ser adaptados a pessoas com deficiência

PELO MENOS 5% dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões, públicos ou privados, poderão ser adaptados e identificados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. É o que determina projeto de lei (PLC 24/08) que recebeu parecer favorável ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O relatório do senador Flávio Arns (PT-PR) lembra que a matéria está em sintonia com a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, ratificada pelo Congresso em junho de 1999.

– A convenção atribui às autoridades governamentais e entidades privadas o dever de tomar medidas para eliminar a discriminação e promover a interação na prestação ou no fornecimento de bens, serviços, instalações acessíveis, programas e atividades como educação, esporte, trabalho e lazer



CDH concordou com argumentos de Flávio Arns de que medida reduz discriminação

– lembrou Flávio Arns.

Segundo a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), é errada a idéia de que as pessoas com deficiência devem ficar isoladas.

– É uma questão de sensibilidade pensar em se adaptar brinquedos em parques de diversões para crianças com necessidades especiais. Temos que vencer esse preconceito e procurar dar a essas crianças uma vida melhor – afirmou a senadora.

Na reunião de ontem, a CDH aprovou três requerimentos



do senador Paulo Paim (PT-RS) para a realização de audiências públicas sobre questões indígenas. O primeiro tem por finalidade debater a situação dos detentos indígenas. Paim

explicou que a discussão é necessária, pois é comum a ocorrência de situações em que os índios desconhecem o processo ao qual estão sendo submetidos.

O segundo requerimento tem o objetivo de discutir questões relativas à reserva indígena Bananal de Brasília e o terceiro vai debater a violência contra índios. Segundo Paim, será enfocada a morte da adolescente xavante Jaiya Pewewiio Tfi-ruipi, ocorrida em Brasília em 25 de junho, após ter sido vítima de empalçamento na Casa de Apoio à Saúde Indígena.

Paim lembrou que a audiência ainda não aconteceu para esperar informações da Polícia Federal, que somente iniciou as investigações ontem.

Patrícia Saboya destacou que a adolescente tinha apenas 16 anos, era muda e se locomovia em cadeira de rodas.

– Esse foi um caso bárbaro que aconteceu dentro de uma casa de proteção ao índio. Isso mostra a fragilidade do nosso sistema de proteção – ressaltou.

## CDH recebe reivindicações de oficiais de Justiça

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comprometeu-se ontem a colocar em votação o projeto de lei da Câmara que exige diploma de bacharel em Direito para o cargo de oficial de Justiça estadual (PLC 107/07). O projeto está pronto para ser votado em Plenário. O anúncio foi feito durante audiência pública na CDH em que foram discutidos aspectos ligados à segurança e às condições de trabalho dos oficiais de Justiça.

No evento, com a presença de centenas de representantes dos 26 mil oficiais de Justiça estaduais e federais, o presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa, reivindicou que a atividade seja considerada de risco e, por isso, com direito à aposentadoria especial e à isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. Os oficiais de Justiça usam seus próprios veículos para cumprir suas atividades.

Além do PLC 107/07, outros projetos em tramitação atendem as reivindicações, como o PLC 30/07, que altera o Estatuto do Desarmamento para que o trabalho dos oficiais de Justiça seja considerado atividade de risco e lhes proporcione o direito ao porte de arma.

A categoria também quer ser incluída no PLS 68/03, que concede aposentadoria especial a servidores públicos que exercem atividades de risco, com redução do tempo de contribuição e independente de idade mínima.

– O Conselho da Justiça Federal deliberou em 1985 que a nossa atividade tem risco semelhante ao policial – afirmou.

O advogado Rudi Cassel disse que a qualificação jurídica do risco para a atividade dos oficiais de Justiça consta do Estatuto do Desarmamento. Ele assinalou que a partir do reconhecimento do risco, é possível obter o direito ao porte de arma, a aposentadoria especial e a isenção de IPI.

O chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas da Polícia Federal, delegado Vantuil Luís Cordeiro, explicou que o governo precisa definir como se dará o porte de arma reivindicado, para evitar problemas futuros.

Presidente da CDH, Paulo Paim anunciou que o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o nomeou relator do PLS 68/03. Ele prometeu redigir uma emenda ao projeto, incluindo os oficiais de Justiça entre as categorias merecedoras de aposentadoria especial.

Paim sugeriu às lideranças da categoria que procurem os líderes partidários, cada parlamentar, e fazer a mesma pressão democrática feita na CDH.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), observou que os parlamentares que são contra as reivindicações não conhecem nem estão interessados em conhecer as dificuldades enfrentadas pelos oficiais de Justiça.

## Grupo de trabalho vai tratar de controle do tabaco

Um grupo de trabalho para discutir com o Poder Executivo as providências já adotadas pelo Brasil com relação ao cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco será criado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A convenção foi assinada pelos países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio de 2003. O Legislativo brasileiro ratificou o documento em outubro de 2005.

A constituição do grupo de trabalho, proposta por Flávio Arns (PT-PR), foi aprovada ontem na CDH.

Arns lembrou que o governo brasileiro comprometeu-se a construir uma agenda de Estado de caráter intersetorial com o objetivo de implementar e fortalecer ações que visem a prevenção e o controle do tabagismo. Propôs-se ainda a fornecer mecanismos de

auxílio técnico, científico e de financiamento para a diversificação da produção dos agricultores que cultivam o fumo, e manutenção da viabilidade econômica dos novos produtos a serem cultivados por eles.

### Prisão

Também ontem, a CDH decidiu enviar ofício ao Tribunal de Justiça de Rondônia, solicitando informações sobre o processo em que negou o pedido de prisão domiciliar por motivos de saúde a Augusto Jerônimo da Silva, diagnosticado como portador de diabetes e cardiopatia.

Segundo o documento enviado à comissão, o detento foi condenado por tentativa de homicídio duplamente qualificado. Apesar de Augusto Jerônimo ter alegado prescrição da pena por aumento de idade, o tribunal não reconheceu o pedido.

## Lavoura de fumo usa mão-de-obra infantil, diz procuradora

As denúncias, veiculadas em maio por uma emissora de TV, sobre uso de milhares de menores no cultivo e preparo das folhas de fumo no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foram confirmadas quarta-feira pela procuradora do Ministério Público do Trabalho Margaret Matos de Carvalho.

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, a procuradora acusou a indústria do fumo de praticar “endividamento crescente” das famílias plantadoras, mantendo esses fumicultores em “situação de servidão”, pois fornecem aos agricultores os produtos necessários para o cultivo.

Segundo Margaret, as crianças que trabalham com o manuseio das folhas de fumo apresentam problemas de déficit cognitivo e de lesão por esforço repetitivo.

Flávio Arns, que propôs o debate na CDH, acrescentou que estudos demonstram que essas crianças apresentam níveis de nicotina no organismo superiores aos dos próprios fumantes.

De acordo com a procuradora,

as indústrias do fumo já foram acionadas na Justiça por meio de ação civil pública. Ela sugeriu que os três ministérios envolvidos na questão (Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário e Agricultura, Pecuária e Abastecimento) fiscalizem melhor as regiões produtoras de fumo.

O assessor do Ministério do Trabalho Flávio Pércio Zacher informou que, no próximo dia 11, o ministro Carlos Lupi visitará Santa Cruz de Monte Castelo (PR), cenário das denúncias.

### Indústria nega

Os representantes da indústria destacaram, em resposta, que o setor fumageiro brasileiro promove programas para erradicar o uso da mão-de-obra de menores e incentivar a permanência das crianças nas escolas. O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Benício Albano Werner, e o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Iro Schünke, disseram que a reportagem com a denúncia é “tendenciosa” e não “representa a realidade”.

## Senado deverá homenagear João Cândido

O Senado deve realizar uma sessão especial em homenagem aos descendentes de João Cândido e dos heróis da Revolta da Chibata. A proposta, de Paulo Paim, foi aprovada ontem pela CDH e vai a Plenário.

Na véspera, o Senado aprovou projeto (PLS 45/01) que concede anistia *post mortem* a João Cândido, líder da Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento, que ocorreu em 1910. Foi um levante

com o objetivo de acabar com punições físicas aos marinheiros, como chicotadas e o aprisionamento em solitárias.

Já está na Câmara projeto de Paim que torna João Cândido Herói da Pátria.